
Incorporando Políticas de Compra Responsável em Sistemas de Controle de Compras

Kit de Ferramentas para a Soja Nota Informativa



Versão 1.2



O Soy Toolkit foi desenvolvido pelo Proforest como parte do Projeto de Demanda Responsável da "Good Growth Partnership", graças ao apoio financeiro do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) através do Fundo Mundial para a Natureza (WWF).



GOOD
GROWTH
PARTNERSHIP



proforest



Abordagem de 5 elementos

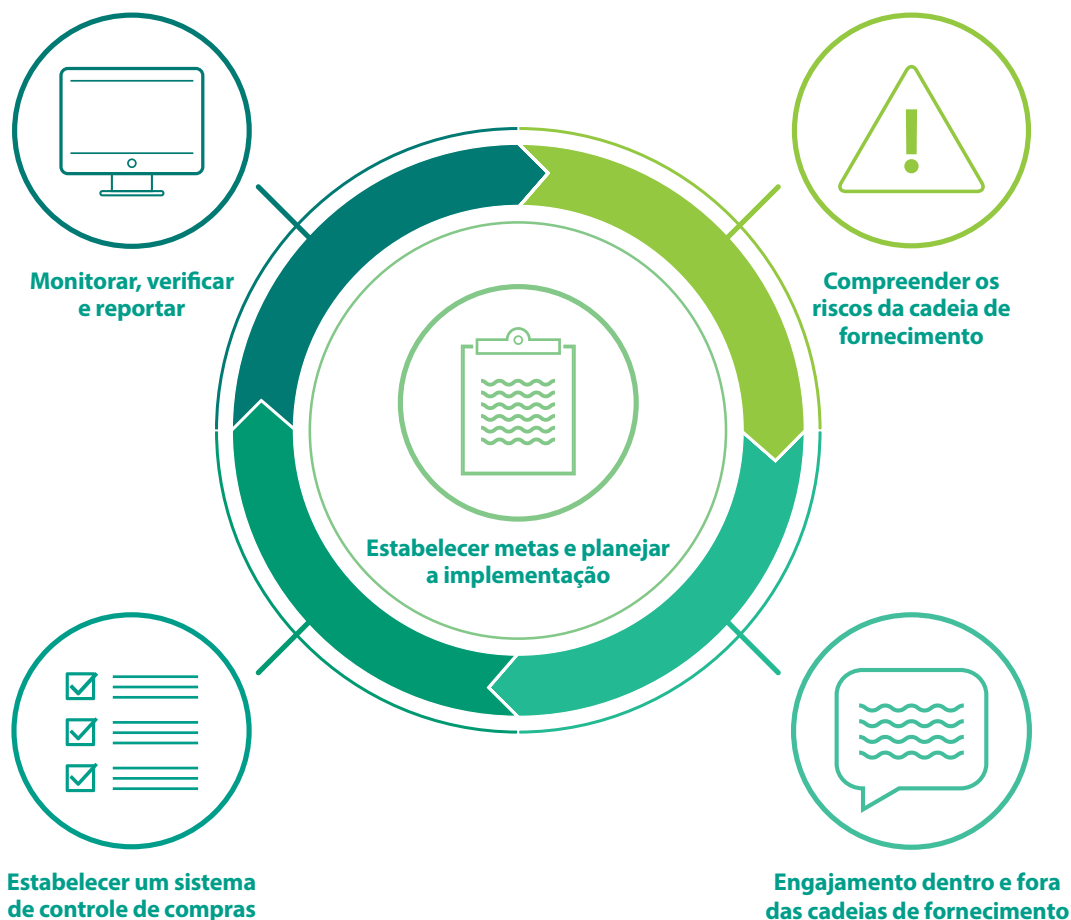


Figura 1: A abordagem de 5 elementos para a compra responsável de soja

Pontos Principais

- Sistemas de controle de compras operacionalizam a seleção legal, social e ambiental de produtores de soja.
- Alguns compradores diretos de soja no Brasil estabeleceram sistemas de controle de compras automático que sinalizam a não conformidade na produção de soja, permitindo a eles suspender compras não conformes e/ou tomar outras ações.
- Através de política de sinalização de não conformidades e da definição de caminhos para prevenir compras e para resolver questões, compradores diretos de soja podem acelerar a implementação, na prática, de políticas de compra responsável.
- Esses sistemas devem ser implementados por aqueles que estão em contato direto com os produtores, o que irá, em última instância, ajudar as empresas de fim de cadeia a cumprir seus compromissos.
- Essa seleção pode servir como um ponto de início para um processo de melhoria contínua junto aos produtores.

Objetivos dessa nota informativa

Esta nota informativa faz parte do ‘Soy Toolkit: Compra Responsável’¹. Ela se relaciona com o elemento 4 (Sistemas de Controle de Compras) da abordagem de 5 elementos para a compra responsável de soja (veja Figura 1). Empresas que compram soja devem ter estabelecido políticas de compra responsável para reduzir riscos associados à sua produção, e os sistemas de controle de compras podem ajudar na identificação de não conformidade de modo que os compradores possam tomar ações apropriadas. A nota informativa esboça as principais etapas que as empresas do início de cadeia no setor de soja podem tomar para traduzir efetivamente os requisitos da política em sistemas que sinalizam não conformidade no nível da produção. Isto pode, então, desencadear ações não somente para garantir conformidade com a política, mas também para promover mudança positiva. O foco é em empresas que compram diretamente de produtores e tem como base ferramentas e abordagens que estão sendo usadas no Brasil para monitoramento e avaliação de produtores de soja. A informação apresentada neste documento é também útil para empresas ao final da cadeia, uma vez que oferece uma melhor compreensão dos desafios que seus fornecedores de soja enfrentam, bem como esclarece sobre as soluções potenciais na implementação de políticas de compra responsável com o apoio de um sistema de controle de compras. Esta nota informativa foca nos requisitos mínimos a serem alcançados, enquanto a melhoria contínua é discutida em detalhe na **Nota informativa 03.A - Engajamento de fornecedores: trabalhando com fornecedores para implementar compromissos de compra responsável para a soja.**

Principais passos, ferramentas e abordagens na implementação de sistemas de controle de compras

01 Determinando os requisitos mínimos

A política de compra responsável descreve um conjunto de critérios sociais e ambientais que necessitam ser alcançados pelos produtores de soja. As políticas de compra responsável frequentemente cobrem aspectos além dos requisitos legais. Em geral, elas podem incluir questões sobre desmatamento, conversão de outros tipos de habitats naturais, proteção de áreas de alto valor de conservação, posse da terra e não discriminação (por exemplo, discriminação de gênero).

Um sistema de controle de compras se concentra na seleção de produtores com base em critérios não negociáveis das políticas, desencadeando ações específicas a depender do desempenho dos fornecedores. Os requisitos mínimos devem ser definidos considerando:

- Requisitos legais.
- Compromissos das empresas compradoras de soja (por exemplo, de interromper o desmatamento e respeitar os direitos humanos na cadeia de fornecimento).
- Viabilidade técnica de incorporar o monitoramento como parte do procedimento padrão para compras provenientes de produtores de soja.
- Impactos que eles terão sobre os produtores e as cadeias de fornecimento (potencialmente positivos e negativos).
- Apoio necessário para que os produtores cumpram com todos os critérios.

02 Definindo um sistema de monitoramento

No Brasil, grandes compradores diretos de soja têm utilizado os seguintes critérios:

Análises de verificação de fornecedores:

- Não compre de produtores associados a trabalho análogo ao escravo;
- Não compre de produtores com penalidades associadas a desmatamento ilegal;
- Não compre de áreas sofrendo desmatamento dentro do bioma Amazônia.

Nessa avaliação, compradores de soja estão fazendo verificação cruzada de produtores e fazendas em relação às listas 'suja's' oficiais (isto é, de maneira sistematizada) e em relação a informações geográficas (sobrepondo os limites das fazendas com informação espacial).

A análise inclui a verificação de fornecedores em relação a:

- Lista governamental de áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA.
- "Lista Suja do Trabalho Escravo" do Ministério da Economia;
- Presença da propriedade no Amazônia Protege, um sistema governamental que permite a empresas verificar os produtores quanto a ações civis por desmatamento ilegal registrados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES Amazônia/INPE);
- Protocolo Verde dos Grãos do Estado do Pará, o qual identifica produtores que possuam terras onde foi identificado desmatamento ilegal ou trabalho forçado;
- Lista da Moratória da Soja, um sistema não-governamental que permite a empresas verificar produtores que possuem plantações de soja no Bioma Amazônia em terras associadas a desmatamento.

Análise geográfica pode também incluir a verificação de produtores em relação a:

- Sobreposição com Territórios Indígenas²
- Sobreposição com Territórios Quilombolas³.
- Sobreposição com Áreas Protegidas.

Juntos, esses critérios representam uma análise de informação territorial e não territorial. Se produtores são identificados em não conformidade em qualquer um desses critérios acima mencionados, um sistema automático pode impedir a conclusão da compra.



As listas de embargos ambientais

O IBAMA disponibiliza uma lista de fazendas e fazendeiros que violaram a legislação ambiental de algum modo, incluindo desmatamento ilegal. No Brasil, é proibido comprar de áreas embargadas até que sua situação esteja normalizada. Compradores de soja podem checar seus fornecedores de soja contra esta lista. A informação do embargo é atualizada diariamente, baseadas em visitas às áreas pelas agências fiscalizadoras.

Essa é uma maneira, dentre outras, de evitar desmatamento ilegal na cadeia de fornecimento da soja, já que ainda pode haver ocorrências em propriedades não identificadas pelo IBAMA.

Consulta a Embargos e Autos de Infração

Consulta Pública

Embargos Autuações Ambientais

Filtro para Busca

Ambos Embargos por desmatamento Outros embargos

Embargos

Pesquisa por Estado ou município

Estado: Município:

Pesquisa por Nome ou CPF/CNPJ

Nome ou Razão Social:

Nome do Imóvel:

CPF ou CNPJ:

Base Legal

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 Art. 8º, § 2º Lei Nº 10.650, de 16 de abril de 2003 Art. 4º, incisos III e V Decreto Nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Art. 18, §1º, art. 149, incisos I e II, parágrafo único.

Emitir Certidão de Nada Consta de Embargos

CPF/CNPJ:

Mapa Interativo

[Clique aqui e consulte o mapa geral de Embargos.](#)

Download Lista Completa

[Clique aqui para fazer o download da lista completa de Embargos.](#)

<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>

A lista suja de trabalho análogo ao escravo

O Ministério da Economia (ME) no Brasil disponibiliza uma lista pública de fazendas (e outras empresas) onde seus agentes resgataram trabalhadores sofrendo práticas caracterizadas como trabalho escravo ou análogo ao trabalho escravo. **Compradores de soja podem verificar a presença de seus fornecedores de soja nessa lista, que é usualmente mensalmente atualizada.**

Essa é uma forma, mas não a única, de evitar o trabalho forçado na cadeia de fornecimento da soja, uma vez que isso pode estar acontecendo em fazendas não identificadas pelo ME.

Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo

(Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11/05/2016)



Atualização periódica de 3/10/2019. Cadastro atualizado em 3/10/2019.

I- PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGADORES PREVISTA NO ARTIGO 2º, CAPUT, DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 11 DE MAIO DE 2016

ID	Ano da ação fiscal	UF	Empregador	CNPJ/CPF	Estabelecimento	Trabalhadores envolvidos	CNAE	Decisão administrativa de procedência (irrecorribilidade)	Inclusão no Cadastro de Empregadores
1	2019	MA							
2	2016	RS							
3	2017	MS							
4	2018	BA							
5	2018	MA							
6	2016	GO							

https://mpt.mp.br/pgt/noticias/cadastro_de_empregadores_2019_10_3.pdf

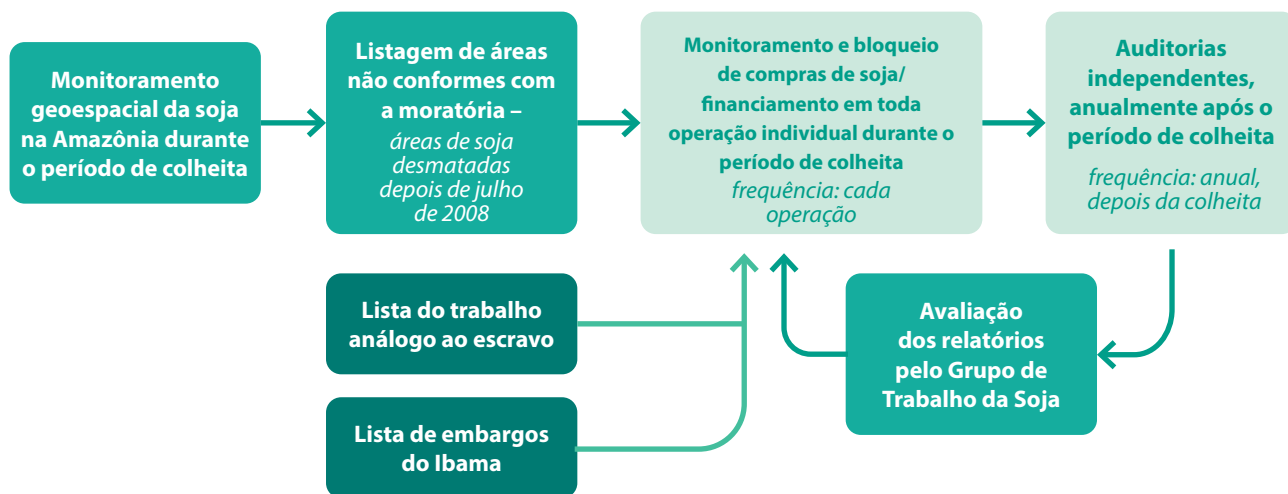
Empresas compradoras de soja também têm ido além da legalidade, como é o caso da Moratória da Soja na Amazônia (veja Quadro 1). Requisitos de não desmatamento ou de não conversão podem também ser incluídos como critérios mínimos, de acordo com os compromissos da empresa.

1

Quadro 1. Indo além da legalidade em um sistema de controle de compras: a Moratória da Soja na Amazônia

Os critérios mínimos normalmente incluem conformidade com requisitos legais, mas também podem ir além. Como exemplo, a Moratória da Soja no Brasil usa uma abordagem binária, na qual plantações de soja no bioma Amazônia são avaliadas em relação ao desmatamento e listas públicas. Uma abordagem com Sistema de Informação Geoespacial (SIG) sobrepõe polígonos de desmatamento após 2008 com polígonos de soja plantada em municípios de alto risco e cria uma lista de plantações não conformes, o que dispara a decisão “não compre”. A moratória tem um órgão de governança coletiva, através do Grupo de Trabalho da Soja, formado por traders de soja, ONGs e governo brasileiro. Seu mecanismo de implementação inovador segue o seguinte fluxograma:

Indo além da legalidade em um sistema de controle de compras: a Moratória da Soja na Amazônia



- Responsabilidade do Grupo de Trabalho da Soja
- Responsabilidade de cada empresa: dados externos
- Fonte

Imagem de: https://abiove.org.br/wp-content/uploads/2019/05/05062018-153933-verificacao_independente_da_moratoria_da_soja_gts_publicacao_junho2018.pdf
 Mais informação pode ser encontrada em: www.abiove.org.br

Uma lista de possíveis referências para avaliar os fornecedores é apresentada abaixo. A lista não é de modo algum exaustiva e ela deve ser ampliada de acordo com a política de cada empresa. Os requisitos necessitam estar alinhados com os compromissos das empresas, os quais não são objeto do Soy Toolkit.

Mesmo assim, empresas compradoras de soja devem considerar qual é o foco dos seus compromissos (por exemplo, vegetação florestal ou nativa), qual é a data de corte, o que necessita ser relatado (por exemplo, os principais indicadores de desempenho – KPIs – que precisam ser monitorados), qual é a questão geográfica prioritária etc., ao decidir sobre quais elementos estabelecer como requisitos obrigatórios e quais bancos de dados serão utilizados⁴. Algumas análises serão binárias (por exemplo, presença ou ausência em uma dada lista suja), enquanto outras serão mais complexas e demandarão análises territoriais (por exemplo, desmatamento).

Requisitos Potenciais	Referências
Ausência de violações de requisitos legais ambientais	<p>Lista de embargos do IBAMA, disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php</p> <p>Informação sobre embargos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio, pertencente ao Ministério do Meio Ambiente), disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-%20downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s</p> <p>Listas de embargos das agências estaduais de meio ambiente, disponíveis em:</p> <p>Estado do Pará - https://monitoramento.semas.pa.gov.br/ldi/</p> <p>Estado do Mato Grosso – http://monitoramento.sema.mt.gov.br/simlam/</p> <p>Estado do Tocantins – http://sinat.naturatins.to.gov.br/siga_externo/siga_externo.html</p> <p>Estado do Goiás - https://portal.meioambiente.go.gov.br/cnd/dashboard.secima#</p>
Não envolvimento com desmatamento ilegal ou conflitos de terra na Amazônia	<p>Lista Amazônia Protege, reúne processos legais de várias fontes diferentes sobre desmatamento ilegal, disponível em: http://www.amazoniaprotege.mpf.mp.br/</p>
Ausência de trabalho forçado	<p>Lista suja sobre trabalho forçado, disponível em: https://sit.trabalho.gov.br/portal/, pesquise as palavras “cadastro de empregadores pdf”</p>
Conformidade com o Código Florestal Brasileiro	<p>Toda propriedade rural individual necessita estar inscrita no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR). As empresas podem requerer um número ativo de CAR⁵. Cadastros estão disponíveis em: http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index</p>
Ausência de sobreposição com territórios indígenas	<p>Informação sobre territórios indígenas está disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/shape</p>
Ausência de sobreposição com assentamentos agrícolas e territórios quilombolas	<p>Informação sobre assentamentos agrícolas e territórios quilombolas está disponível em: http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py</p>
Ausência de desmatamento no bioma Amazônia	<p>Assegurar que nenhuma soja é plantada em áreas desmatadas do bioma Amazônia depois de julho de 2008. A lista de fazendas e produtores bloqueados pela moratória está disponível apenas para as partes signatárias. Mais informação sobre a Moratória da Soja está disponível em: http://abiove.org.br/en/sustainability/</p> <p>Para outras datas limites, informação oficial sobre desmatamento está disponível em: http://terrabrazilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation. Essa plataforma apresenta apenas informação sobre o desmatamento acumulado. Dados para anos específicos podem ser baixados em: http://terrabrazilis.dpi.inpe.br/en/home-page/ e requer habilidades em SIG para serem analisados.</p> <p>Alertas diários de desmatamento são apresentados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real – DETER, o qual é usado pelas agências de fiscalização no Brasil. Informação do DETER está disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter</p>
Ausência de conversão no bioma Cerrado	<p>Informação oficial sobre conversão de habitats naturais está disponível em: http://www.dpi.inpe.br/fipcerrado/</p>

03 Avaliando e validando o desempenho do produtor: implementando um sistema para operacionalizar a política de compra

A automação da avaliação de fornecedores de soja em relação aos requisitos mínimos de compras irá permitir que toda compra seja individualmente classificada como conforme ou não conforme. Fornecedores não conformes devem ser imediatamente impedidos de vender, ser suspensos e ter a oportunidade para alcançar os requisitos mínimos de compras. Através da automação da avaliação no sistema, os requisitos não negociáveis da política de compra são reforçados através da sua incorporação nas relações comerciais com fornecedores. É importante decidir, antes de iniciar a execução do sistema, o que acontecerá com o fornecedor identificado como não conforme – falsos positivos podem acontecer, de modo que deve existir um mecanismo específico para permitir que os fornecedores possam contestar, caso eles acreditem que o resultado está errado.

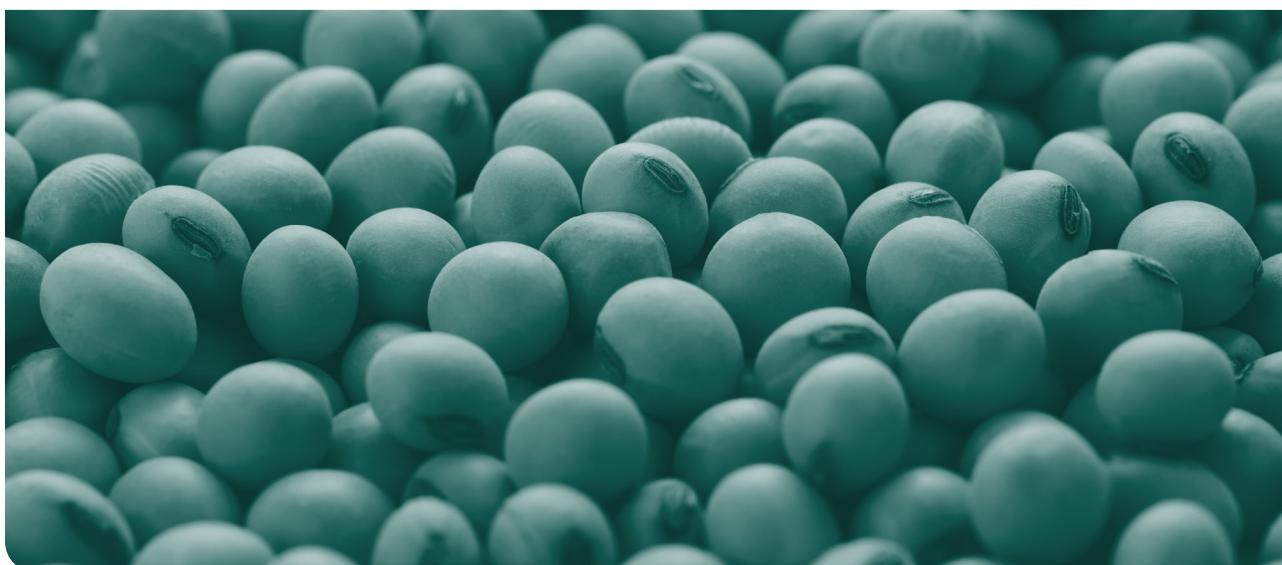
Os requisitos da Amaggi para os fornecedores:

*“(...) Na AMAGGI, 100% da cadeia de fornecedores deve atender critérios socioambientais. Fornecedores que apresentem qualquer das restrições (...) têm seu cadastro bloqueado, ficando impedidos de comercializar com a empresa até que regularizem sua situação ou comprovem que não há irregularidades na área de origem dos grãos, atendendo integralmente aos critérios estabelecidos pela companhia. Nesses casos, a área de Sustentabilidade realiza uma análise de risco das condições socioambientais daquela propriedade rural, podendo vetar a comercialização”.*⁶

O sistema de controle de compras da Bunge, um exemplo em prática

A empresa tem analisado fornecedores de soja em todo o Brasil em relação a um conjunto de critérios, incluindo não conformidade em relação a requisitos legais e à Moratória da Soja. Ao longo dos anos, centenas de fornecedores foram identificados na lista de embargos do IBAMA, na 'lista suja' do Ministério da Economia e em áreas impedidas pela Moratória da Soja; e então bloqueados pelo sistema.

Mais informação, incluindo o número de fornecedores de soja bloqueados ao longo dos anos, pode ser encontrada em: <https://www.bunge.com/sustainability/non-deforestation>



A partir da Colaboração para Florestas e Agricultura (CFA, em inglês *Collaboration for Forests and Agriculture*), o IMAFLORA elaborou o “Referencial para Monitoramento” para a operacionalização do referido sistema⁷. Alguns dos passos fundamentais do Referencial são apresentados abaixo.

1. Validar e atualizar a lista de produtores e fazendas.
2. Ter um modelo do processo de compra que permita o uso de diferentes tipos de contratos, porém que incorpore os requisitos mínimos.
3. Ter um processo de tomada de decisão para a suspensão e reintegração de produtores e fazendas baseado em análises documentais, espaciais e complementares.
4. Ter uma lista de produtores e fazendas suspensos devido a não conformidade.
5. Registrar a reintegração de produtores e fazendas no sistema, incluindo justificativas técnicas e análises complementares.

A base de dados na qual fornecedores e localidades são analisados deve ser atualizada frequentemente, dependendo da frequência com a qual o carregamento de dados é realizado – por exemplo, a lista de embargos do IBAMA deve ser verificada online diariamente, a moratória da soja deve ser verificada uma vez ao ano.

Com o apoio de Sistema de Informação Geográfica (SIG), polígonos das fazendas podem ser sobrepostas com os polígonos de desmatamento/conversão. Isso também pode ser incorporado dentro do modelo padrão do processo de compras, por exemplo, através da requisição de um número do Cadastro Ambiental Rural (CAR) aos produtores de soja quando eles são aprovados como fornecedores. Na plataforma SICAR (Sistema CAR), utilizando o número do CAR, uma empresa pode obter o polígono da fazenda, os quais podem ser sobrepostos com os dados de desmatamento/conversão fornecidos por um conjunto de diferentes fontes⁸. Empresas do início da cadeia (traders) tendem a ter competência interna em SIG. Existem também diversos prestadores de serviços que podem realizar essas análises.

Cadastro Ambiental Rural: a primeira etapa para conformidade com o Código Florestal brasileiro

Para estar em conformidade, o primeiro passo para todas as propriedades rurais do país é a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse é um registro eletrônico dos limites das propriedades rurais, o qual pode ser usado para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento ilegal de florestas e outros tipos de vegetação nativa. O **Guia prático para análise do atendimento ao Código Florestal** fornece mais informação sobre o Código Florestal brasileiro.

<http://www.florestal.gov.br/>

04 Definindo o caminho para um fornecedor suspenso ser reintegrado na cadeia de fornecimento

Políticas de compra serão operacionalizadas por equipes de compras, as quais mantem contato diariamente com produtores de soja. Ter clareza sobre o que acontece quando uma situação de não conformidade é identificada é fundamental para ajudar na tomada de decisão rápida quando implementando compromissos – fluxogramas de tomada de decisão geralmente ajudam com esse processo. Também é fundamental assegurar que os fornecedores serão suspensos somente depois que falsos negativos possam ser descartados.

Critérios não negociáveis, quando violados por fornecedores, normalmente levam a uma suspensão de compras automática ou ao término da relação comercial. O simples bloqueio de compras e a exclusão de fornecedores não conformes podem criar obstáculos adicionais para empresas compradoras de soja (as quais precisam comprar a soja e enfrentarão uma redução no suprimento), bem como não resolve as questões sociais e ambientais no campo, uma vez que os produtores podem sempre encontrar compradores alternativos com políticas de compras menos rigorosas. Portanto, quando um produtor de soja é sinalizado pelo sistema de controle de compras, é uma boa prática buscar averiguar o seguinte:

- Qual é a questão identificada?
- Quais são as possíveis causas primárias?
- A não conformidade é confirmada por verificações adicionais (por exemplo, através de um diagnóstico individual das detecções automáticas, ou ainda por uma avaliação de campo para verificar violações graves)? Tenha em mente que para questões que podem ser identificadas utilizando imagens de satélite, avaliação de campo é usualmente a segunda melhor opção. É mais fácil ter certeza da extensão e localização relativa de desmatamento através de SIG do que no campo.
- É uma questão que pode ser resolvida no curto ou médio prazo (por exemplo, o primeiro passo para conformidade com o Código Florestal: inscrição no CAR)?

Dependendo do caso, a melhor abordagem para atingir as necessidades de compras e os objetivos de sustentabilidade de uma empresa deve ser trabalhar com fornecedores não conformes, oferecendo apoio de forma que eles alcancem plena conformidade.

Um plano de ação, com indicadores mensuráveis e um prazo razoável para trazer o fornecedor para a conformidade com a política corporativa, pode ser estabelecido entre o fornecedor e o comprador. O comprador pode monitorar a implementação do plano de ação, reavaliar a conformidade do fornecedor em relação à política e reintegrá-lo dentro da cadeia de fornecimento quando os critérios mínimos forem alcançados.

A utilidade do sistema de controle de compras para empresas no final da cadeia

Essas boas práticas e recursos são majoritariamente dirigidas para empresas no início da cadeia, as quais já estão trabalhando para alinhar seus sistemas às necessidades dos seus consumidores. Atores de final da cadeia também podem tomar por base esses fundamentos e estabelecer seus próprios requisitos, baseados e alinhados com os dos fornecedores. Eles devem assegurar alinhamento com os requisitos mínimos e os outros que vão além destes, que serão objeto de negociações comerciais. Requisitos mínimos de informação acordados com os compradores de soja no início da cadeia ajudarão as empresas no final da cadeia a monitorar a implementação dos seus próprios compromissos nas compras de soja. As responsabilidades diferem conforme a posição da empresa na cadeia de fornecimento: o sistema de controle de compras deve ser implementado por aqueles no início da cadeia, em contato direto com os produtores, e isso ajudará as empresas no final da cadeia a cumprir seus compromissos.

Principais desafios e possíveis soluções

Desafios	Caminhos potenciais a serem explorados
<p>Engajando as equipes de compras. Requisitos de sustentabilidade aumentam a complexidade das decisões de compra, de forma que é crucial que as equipes de compras compreendam a importância e o valor disso, e que estejam completamente engajados com sua implementação.</p>	<p>A inclusão de atividades de compra responsável na descrição do emprego para equipes de compras, bem como os principais indicadores de desempenho (KPI) relacionados a metas do programa compra responsável, é um modo de empoderar a equipe de compras a implementar os procedimentos de compra responsável. É também importante ter certeza de que todos os envolvidos em atividades de compra responsável tenham tempo e capacidade suficientes, bem como funções claras.</p> <p>Se a equipe de compras contar com o apoio ao nível gerencial, será também possível automatizar a avaliação dos critérios sociais e ambientais mínimos e a decisão para comprar ou não comprar. Isso pode reduzir a necessidade de forte adesão por parte dos funcionários individuais de compra no curto prazo, ainda que seu apoio seja crítico para a melhoria contínua e viabilidade de longo prazo da compra responsável.</p>
<p>Obtendo os dados corretos, com a qualidade exigida para implementar o sistema de controle de compras.</p> <p>A disponibilidade e quantidade de conjuntos de dados oficiais (usualmente preferidos quando é o caso de subsidiar decisões sobre exclusão de fornecedores) são variadas.</p>	<p>Diferentes biomas, geografias ou países podem requerer diferentes ferramentas e fontes de dados e informação. Nesse caso, é importante ser transparente e revelar as limitações do sistema e a forma como elas poderão ser superadas no médio/ longo prazo. Onde a disponibilidade de dados representa uma margem significativa de erro, levando a falsos positivos ou negativos, poderá ser necessário incluir avaliações adicionais (remota ou localmente), requerer documentos comprobatórios e criar mecanismos de queixa para revisar a avaliação, que sejam acessíveis aos produtores ou atores externos.</p> <p>Plataformas online de e-commerce aonde produtores de soja incluam seus dados podem ser úteis. A Cargill, por exemplo, está lançando uma plataforma com esse propósito.</p>
<p>Produtores ou fazendas não conformes podem violar o sistema através do compartilhamento de dados falsos com os compradores de soja.</p>	<p>A lista de embargos do IBAMA e a lista suja do trabalho escravo do Ministério da Economia são relacionadas aos proprietários da terra; entretanto, essa não é sempre a mesma pessoa com que as transações comerciais são feitas. Assegure-se de que a informação sobre o dono da propriedade é a que foi capturada pelo sistema.</p> <p>O sistema de controle de compras deve ser estruturado de maneira a permitir a triangulação dos dados dos produtores de soja, para evitar brechas no sistema. Deve-se incluir, por exemplo, dados sobre os proprietários da terra e arrendatários, e a área de produção, de modo que os compradores possam verificar se o montante de soja adquirida pode ser produzido na área informada.</p>

<p>Fornecedores de soja não cooperativos que se recusam a cumprir com critérios além da conformidade legal e simplesmente vendem para os concorrentes.</p>	<p>Engajar fornecedores para promover sensibilização, promover melhores práticas e obter a fidelidade do produtor; incentivos para melhores práticas (financeiros e outros), mecanismos de compensação inovadores, colaboração pré-competitiva entre compradores.</p>
	<p>Considere uma abordagem de engajamento que inclua não somente aspectos sociais e ambientais, mas também práticas de melhor gestão que possam impactar positivamente a renda dos produtores. Isso pode ser feito pela provisão de assistência técnica, realizando dias de campo, apoiando iniciativas existentes lideradas por produtores, entre outras estratégias para ganhar a fidelidade do produtor e desenvolver uma relação comercial de longo prazo.</p>
	<p>Mostrando ao fornecedor de soja os benefícios de longo prazo de ir além da legislação. Demonstre casos reais nos quais é possível não somente reduzir riscos, mas também obter benefícios financeiros (por exemplo, arrendando o excesso de Reserva Legal para outros produtores que necessitam compensar seus passivos).</p>
	<p>Sobretudo, o engajamento com fornecedores pode complementar a abordagem do sistema de controle de compras. Para mais informação nesse tópico, favor verificar o Nota informativa 03.A – Engajamento de fornecedores: trabalhando com fornecedores para implementar compromissos de compra responsável para a soja.</p>
	<p>Trabalhar colaborativamente pode ajudar a atingir um impacto positivo maior e, ao mesmo tempo, reduzir esforço e custo. Compradores de soja que compartilham a mesma base de fornecimento podem alinhar os requisitos mínimos e indicadores de melhoria contínua. No melhor cenário, empresas implementariam conjuntamente os sistemas de controle de compras e programas de melhoria contínua.</p>

Aprenda mais e nos ajude a melhorar

Mais informação é fornecida nas referências a seguir e em www.soytoolkit.net

Agradecemos também o compartilhamento de informação para melhorar essa nota informativa através do contato soytoolkit@proforest.net

Agradecimentos

O Proforest gostaria de agradecer as seguintes pessoas e organizações por suas sugestões e comentários feitos em versões preliminares deste documento:

Breno Felix (**Agrotools**), Michel Santos (**Bunge**), Lisandro (**Imaflora**), Madeleine Eilert (**Nestlé**), Rodrigo Spuri (**The Nature Conservancy**).

Referências

- 1 Para uma visão geral Soy Toolkit e outros briefings, visite: www.soytoolkit.net
- 2 Territórios Indígenas são, por legislação federal, territórios protegidos designados aos povos indígenas, os quais podem produzir (soja, inclusive) nos mesmos. Nesses territórios podem ser plantados organismos não-geneticamente modificados (Não-OGM), e os territórios não podem ser vendidos ou arrendados. Requisitos específicos adicionais existem para esses territórios e a produção de soja neles pode resultar em disputas e conflitos de terra. Informação sobre Territórios Indígenas pode ser encontrada em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>
- 3 Os Territórios Quilombolas são, por legislação federal, territórios designados para as comunidades de afro-brasileiros descendentes de escravos, que resistiram à cultura da escravidão instituída no Brasil colonial. Existem, atualmente, mais de duas mil comunidades Quilombolas no Brasil. Apesar de possuírem autorização para produzir soja nos seus territórios, eles não podem vender ou arrendar a terra. Requisitos específicos adicionais existem para esses territórios e a produção de soja neles pode resultar em disputas e conflitos de terra. Informação sobre Quilombolas pode ser encontrada em: <http://www.incra.gov.br/pt/quilombolas.html>
- 4 Para mais informação sobre a priorização de paisagens ou jurisdições específicas, favor referir-se ao **Soy Toolkit BN2.B – Análise de Risco da Soja: priorização para engajamento positivo**. Para mais informação sobre os KPIs, favor verificar em **Soy Toolkit BN05 – Monitoramento e Comunicação de Progresso**.
- 5 À medida que a implementação do Código Florestal avança, os compradores de soja podem aumentar seus requerimentos aos produtores. Para mais detalhe sobre o Código Florestal e sua implementação, favor verificar no Guia prático para análise do atendimento ao Código Florestal, disponível em: <https://www.proforest.net/en/publications/assessing-compliance-with-the-forest-code-a-practical-guide>
- 6 Relatório 2019 de Sustentabilidade da Amaggi: <https://www.amaggi.com.br/en/sustainability/sustainability-report/>
- 7 Mais informação pode ser encontrada em 'Imaflora, 2018. *Referencial para monitoramento - cadeias de fornecimento livres de desmatamento/ conversão de vegetação natural nos biomas Amazônia e Cerrado*. Disponível em: https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/5c01798be71e5_ReferencialparaMonitoramentoDCF_CFA_IMAFLOA.pdf
- 8 Para mais informação sobre fontes de dados, favor consultar o Soy Toolkit BN2.B– Análise de Risco da Soja: priorização para engajamento positivo, disponível em: <https://www.soytoolkit.net/elemento2>

Photo credits

- P.1 Fotokostic
- P.4 Proforest
- P.8 Artzenter



GOOD
GROWTH
PARTNERSHIP



proforest



Este trabalho foi criado pelo Proforest e está licenciado sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). Para ver uma cópia desta licença, visite: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt_BR